

Banho de Ética

A crise moral gigantesca que se abateu sobre o Brasil se agravará se a CPI do orçamento, cujo término motivou a expansão de alegria de seus integrantes, terminar em pizza — para usar a expressão da moda.

Concluída a votação, que recomendou 18 cassações, imediatamente as atenções se voltaram para a Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara: sobre seus ombros pesa agora a responsabilidade de referendá-las. Entre a recomendação de cassação e a cassação propriamente dita, formou-se um fosso difícil de transpor, como nos castelos medievais. Deputados como João Alves, que se fez de bobo no depoimento à CPI, continuam a desfiar a ladainha, dispostos a queimar todos os cartuchos para provar uma inocência na qual nem eles mesmos acreditam.

Ao redor do fosso, para escândalo da opinião pública, assestaram-se “tropas de choque” prontas a qualquer tipo de pressão para livrar cabeças da guilhotina da cassação. É isto que o Brasil moderno não tolera mais. O descrédito que envolve a classe política atingiu o ponto de saturação. Mais do que espetáculo de decadência, a corrupção na comissão de orçamento era uma verdadeira tragédia. E, como tragédia, só terá final decente se seu efeito moral e purificador desembocar na catarse que proporcionará à opinião pública o alívio, a purgação, depois dos momentos de terror.

A CPI precisa seguir o curso natural exigido pelas circunstâncias. O próprio presidente Itamar Franco, ainda na Colômbia, mostrou-se sintonizado com a opinião pública ao se declarar disposto a deflagrar imediata ação de limpeza também no Executivo, logo que se revelem fatos comprovando envolvimento de funcionários. O ministro da Justiça estendeu o desejo ao Judiciário, também passível de auto-investigação, para corresponder ao fenômeno nacional de busca de clareza e nitidez das coisas públicas.

O senador Jarbas Passarinho, que levou a bom termo o périplo da CPI, afirmou: “Se queremos dar um banho de ética no Brasil, não pode ser só no Legislativo.” Corporativismos de toda sorte afiam as esporas para impedir as limpezas salutares. O próprio Passarinho, em momento de descontração, disse que encaminhará à CCJ o *Troféu Abacaxi* que lhe foi dado pela família no dia em que aceitou presidir a CPI. De fato, a CCJ fica com o *abacaxi*, mas a distância que vai do *abacaxi* à *pizza* é curto e o país chegou ao momento em que decisões não podem submergir num mar de indiferença, de favoritismos, de corporativismos e todos os outros ismos que infelicitam o Brasil desde que pela primeira vez ele foi dividido em capitânias hereditárias e entregue à sanha das satrapias e das oligarquias instaladas para ficar.

Tendo como pano de fundo a investida das novas tropas de choque, pesquisa realizada no final de semana constatou que as bases eleitorais dos corruptos apóiam maciçamente as cassações. Caso contrário, o próprio eleitorado terá de cassá-los, nas urnas. A pesquisa demonstrou que boa parte dos eleitores percebeu que a atuação dos corruptos não proporcionou nenhum benefício às suas cidades. Cai assim a máscara da demagogia dos deputados que rapinaram o orçamento, isto é, o dinheiro do povo, para embolsá-lo, mas sempre usando o pretexto do assistencialismo com dinheiro do Tesouro.

O presidente da Câmara deu sua “palavra de honra” que a CPI do orçamento “não acabará em pizza”. Mas a classe política anda tão desmoralizada, tão “república dos Bruzundangas” (apego à corrupção, Estado tutor e safado, promessas vãs, compadrismo, cartorialismo, protecionismo...), que a opinião pública só acreditará em reviravolta quando surgirem os fatos novos. Da CPI do orçamento à revisão constitucional, tudo ainda está para ser feito.